



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA



RELATÓRIO FINAL

(Este relatório reporta-se ao desempenho do Agrupamento de setembro 2021 a junho 2022)

EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO
Julho 2022

ÍNDICE

ÍNDICE	1
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	2
Introdução	3
1. Alinhamento do processo de autoavaliação com os objetivos da instituição	3
2. Enquadramento legal	3
3. Objetivos do Relatório de Autoavaliação	4
Desenvolvimento	6
1. Autoavaliação – grau de cumprimento das ações de melhoria	6
2. Educação inclusiva – grau de cumprimento das ações de melhoria	6
3. Biblioteca escolar – grau de cumprimento das ações de melhoria	9
4. Grau atual de cumprimento do Projeto Educativo	10
4.1. Visão e Estratégia. Liderança. Gestão.	10
4.2. Desenvolvimento pessoal e bem-estar das crianças e dos alunos	11
4.3. Oferta educativa e gestão curricular	13
4.4. Ensino/Aprendizagem/Avaliação	14
4.5. Planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva	15
4.6. Resultados Académicos, Sociais e de Reconhecimento da Comunidade	16
5. SERVIÇOS	17
Conclusão	18
Fontes consultadas	19
Instrumentos	20
BIBLIOGRAFIA	21

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AEMM	- Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho
CAA	- Centro de Apoio à Aprendizagem
C&D	- Cidadania e Desenvolvimento
CFVM	- Centro de Formação do Vale do Minho
CIBE	- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CPCJ	- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	- Centro de Recursos para a Inclusão
DELFI	- Diplôme d'études en langue française (Diploma de Estudos na Língua Francesa)
DGESTE	- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
DT	- Diretor(a) de turma
DUA	- Desenho Universal para a Aprendizagem
EEPE	- Escola Embaixadora do Parlamento Europeu
EFA	- Educação e Formação de Adultos
EMAEI	- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
EPAS	- European Parliament Ambassador School Programme
EQAVET	- (acrónimo de <i>European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training</i> , Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional)
EECE	- Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola
FNE	- Federação Nacional de Educação
GAAP	- Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família
IEFP	- Instituto do Emprego e Formação Profissional
MS	- Medidas Seletivas
PAA	- Plano Anual de Atividades
PADDE	- Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola
PCT	- Planeamento Curricular de Turma
PE	- Projeto Educativo
PES	- Projeto Promoção e Educação Para a Saúde
PI	- Projeto de Intervenção 21-25
PLA	- Português Língua de Acolhimento
POCH	- Programa Operacional Capital Humano
PNL	- Plano Nacional de Leitura
RBE	- Rede de Bibliotecas Escolares

Introdução

1. Alinhamento do processo de autoavaliação com os objetivos da instituição

Em abril de 2021, a atual diretora, Olinda Sousa, apresentou o seu **Projeto de Intervenção 21-25** (PI) para o nosso Agrupamento, através do qual procede “[...] à identificação de problemas, à definição de objetivos, estratégias e atividades a realizar no mandato para responder às necessidades educativas do Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, Valença, adiante designado de AEMM, no intuito de promover a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado.” A constituição de uma nova equipa de autoavaliação no Agrupamento, flexível quanto ao número de elementos, de horas dedicadas e representação de todos os grupos que constituem a comunidade educativa faz parte das estratégias de melhoria.

O nosso Agrupamento tem aproximadamente 2.000 alunos, engloba a escola sede com 2º e 3º ciclos e secundário, seis escolas básicas que contemplam, simultaneamente, o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo; uma escola básica que só contempla o 1.º Ciclo e dois jardins-de-infância que apenas contemplam o Pré-Escolar. A oferta educativa é muito diversa e oferece programas especiais que vão ao encontro do perfil e das necessidades dos alunos e do mercado de trabalho local, como por exemplo nos Cursos Profissionais Nível IV e no Centro Qualifica. O Agrupamento oferece também um Serviço de Orientação e Psicologia (SPO) e um técnico de intervenção local. Tem um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) e três bibliotecas que integram a Rede de Bibliotecas Escolares: a da escola sede, a da Escola Básica de Valença e a da Escola Básica de Friestas.

2. Enquadramento legal

A autoavaliação define-se como um instrumento indispensável à promoção da qualidade educativa e à melhoria da qualidade das organizações escolares. A Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, designada por “Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior”, defende um sistema duplo de avaliação, que inclui a “avaliação externa” e a “autoavaliação”, sendo esta obrigatória e articulada com a primeira.

A definição dos objetivos da equipa de autoavaliação pretende seguir a esteira delineada no nosso Projeto Educativo, onde se afirma que a missão da escola enquanto serviço público: “[...] implica definir, internamente, estratégias, metodologias, processos pedagógico-didáticos, mobilizar e otimizar recursos, clarificar e projetar procedimentos de atuação. No entanto, sendo a aprendizagem um atributo coletivo, apela-se também a uma coatuação interna e externa, através do reforço / consolidação de parcerias e protocolos.” (in **Projeto Educativo** 2020-23, p. 12)

O trabalho de autoavaliação tem em conta que a avaliação da escola se «desenvolve de forma sistemática e permanente» (Lei n.º 31/2002) e de forma a desencadear uma reflexão sistemática sobre o seu impacto nos processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas. Uma vez que a avaliação externa se articula com a autoavaliação da escola, o modelo adotado pela equipa vai ao encontro do **Quadro de Referência para a Avaliação Externa** (2019) que identifica quatro domínios (Autoavaliação, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo e Resultados) e respetivos campos de análise e indicadores.

3. Objetivos do Relatório de Autoavaliação

Nestes últimos anos, os trabalhos das equipas de autoavaliação do nosso Agrupamento depararam-se com constrangimentos que se relacionam com o isolamento docente, a responsabilidade individual e não coletiva em relação às aprendizagens, as normas burocráticas que determinam a avaliação dos discentes e dos próprios professores, entre muitas outras. Por este motivo, muitas vezes, foi desconhecido o seu trabalho, outras vezes pouco valorizado e outras criticado. Existe o entendimento de que a autoavaliação deve diagnosticar o que está “mal” para sugerir melhorias. Gostaríamos que o nosso trabalho se inscrevesse numa cultura de aprendizagem organizacional. Precisamos que haja uma compreensão partilhada da realidade que avaliamos e que esta não seja ocasional, mas faça parte duma aprendizagem dos membros da equipa e de toda a comunidade escolar. A autoavaliação, por si própria, não conduz à melhoria. É necessário capacitar as escolas:

“Si se pretende que las escuelas respondan a las presiones de rendimiento habrá que capacitarlos para que puedan hacerlo, mejorando las habilidades y conocimiento de su profesorado, proveyendo del asesoramiento y asistencia para los estudiantes en situación de fracaso potencial y haciendo posible que los establecimientos escolares se constituyan en comunidades para actuar conjuntamente.” (Bolívar: 2015, p.21)

Precisamos duma liderança pedagógica que crie um clima de confiança, promova a colaboração, desenvolva uma mudança de paradigma na cultura solipsista docente, que promova a liderança docente, que incentive a uma prática reflexiva sobre as aprendizagens, que partilhe a responsabilidade do desempenho do Agrupamento.

O nosso trabalho foi, ao longo do ano, uma aprendizagem ao refletir sobre os testemunhos individuais de colegas, ler documentos internos do Agrupamento (atas, relatórios, planificações...), analisar respostas a inquéritos e na vivência do dia a dia. São inúmeros os exemplos de boas práticas que repercutem no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos e no bem estar de toda a comunidade escolar. E será, principalmente, sobre estes exemplos que vai recair a nossa análise porque nos parece que, com eles, todos aprendemos e podemos capacitar-nos para dar resposta às necessidades e desafios do processo de ensino aprendizagem que enfrentamos.

A equipa e o seu método de trabalho

Nome	Cargo e funções
Equipa inicial - a partir do mês de setembro 2021	
Clara de Macedo Vitorino	Coordenadora da Equipa de Autoavaliação e professora de Português do 3º ciclo e do Ensino Secundário.
Susana Amorim	Professora de Inglês 3º ciclo e membro da Comissão Disciplinar.
Alexandra Gaspar	Professora de Matemática do 3º ciclo e do Ensino Secundário.
Manuela Alves	Subdiretora do Agrupamento e representante do ensino pré-escolar e 1º ciclo.
Novos membros a partir do mês de fevereiro 2022	

Cecília Maria Ribeiro Alves	Professora de Português do 2º ciclo e Diretora de Turma.
Ermita Felgueiras	Professora de Educação Especial e membro do Conselho Geral.
Eulália Penas	Professora de Economia e Contabilidade do Ensino Profissional.
Maria José Alves de Sá	Professora de Português 3º ciclo /secundário/formadora de PLA e RVCC – Centro Qualifica.
Maria Teresa Amoedo	Professora de Português 3º ciclo/secundário/ formadora de PLA – Centro Qualifica.
Cristina Lopes Esteves	Exerce funções na reprografia do Agrupamento.
Fátima Vaz	Representante dos Encarregados de Educação do 7º F.
Letícia Figueira	Delegada do 10º A.

Durante o mês de janeiro e fevereiro incorporaram-se voluntariamente oito elementos, que representam a totalidade dos quadrantes da comunidade educativa. A composição da equipa de trabalho representa todos os grupos da comunidade educativa. Não nos podemos esquecer de referir o “nosso amigo crítico”, o elemento externo ao Agrupamento que acompanhou a evolução dos nossos trabalhos, as diferentes versões dos textos produzidos e a forma como coligimos as evidências.

“O ‘amigo crítico’ interroga, pondo a equipa a procurar respostas, obrigando-a a tomar decisões. Consegue provocar a discussão sem que ela se arraste por muito tempo, é capaz de lidar com a ambiguidade sem criar conflitos, suscitando o desenvolvimento profissional dos que participam na avaliação.” (MACHADO: 2014, p. 35)

E esse amigo é o Observatório de Autoavaliação da Universidade do Minho, através de Isabel Viana e de Amílcar Santos.

A organização do trabalho é feita por tarefas, o que permite que haja flexibilidade no formato das reuniões, que podem ser por videoconferência ou presenciais, com a presença de todos os elementos ou com uma parte deles. O nosso trabalho é pautado pelo desejo de aprender e de melhorar nos documentos produzidos, através da consulta de professores, assistentes operacionais e alunos e a divulgação das nossas conclusões pretende fazer surgir um ambiente de discussão formativa sobre o processo de autoavaliação.

A equipa divulga todo o seu trabalho para tornar transparente os resultados do relatório final e tem um mail institucional para facilitar a comunicação com todo o Agrupamento.

Desenvolvimento

1. Autoavaliação – grau de cumprimento das ações de melhoria

A equipa deu cumprimento a quase todas as ações de melhoria previstas no Projeto Educativo, a saber: integrou membros de todos os quadrantes da comunidade educativa; divulgou através do *site* do Agrupamento documentos como o tratamento dos inquéritos feitos à comunidade educativa, o Plano Estratégico de Autoavaliação, dois vídeos para publicitação dos trabalhos da equipa, e enviou, para apreciação, aos docentes de todo o Agrupamento uma “Proposta de Autoavaliação do Agrupamento”. Estimulou a participação de muitos intervenientes da comunidade educativa mediante a solicitação de entrevistas presenciais ou por escrito. Criou instrumentos diversificados de recolha de informação.

Sugestões de melhoria

Para implicar, de forma mais individualizada e personalizada a comunidade escolar no processo de autoavaliação, levando a que a vejam como um processo de aprendizagem para todos, sugerimos as seguintes ações:

1. Melhorar o formato dos inquéritos e da grelha de evidências e encontrar o momento e o meio mais adequado para os implementar.
2. Continuar a divulgar no *site* da escola todo o material elaborado e sempre que se justifique enviá-lo ao pessoal docente pelo correio institucional.
3. Publicitar os pontos fortes do desempenho do Agrupamento, motivando à aprendizagem e à partilha de boas práticas entre colegas.
4. Continuar a fazer entrevistas individuais com elementos de todos os quadrantes da escola.
5. Monitorizar as ações de melhoria para eventuais reajustes.
6. Alterar o cronograma dos trabalhos da equipa fazendo-o coincidir com o ano civil: início dos trabalhos em janeiro e entrega do relatório final em dezembro, de maneira a ter acesso aos relatórios finais do ano letivo de forma atempada.

2. Educação inclusiva – grau de cumprimento das ações de melhoria

Constata-se que a escola se encontra num processo de construção de uma escola inclusiva, observável no PE e em práticas emergentes. No início do ano letivo, a Coordenadora da EMAEI divulgou o documento **Educação inclusiva. Contributos para a operacionalização do Decreto-lei no 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei no 116/2019, de 13 de setembro**, numa reunião em que participaram os DT. Foram atualizados os documentos necessários para mobilizar medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, prestando a equipa da EMAEI os esclarecimentos solicitados para a sua boa implementação.

Têm vindo a aumentar as parcerias estabelecidas com entidades existentes na comunidade, públicas e privadas, para dar respostas mais completas às necessidades dos alunos, nomeadamente na área

- a) da saúde, com o projeto Gabinete de Apoio e Informação ao Aluno (GAIA) com valências na área de psicologia, enfermagem e nutrição e com o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) na valência de psicologia a tempo parcial;
- b) da segurança, com a colaboração da GNR;
- c) da cultura, com a colaboração das Comédias do Minho em múltiplos projetos e atividades e a associação ADEIXA que promoveu atividades para o 5º e 6º anos,

e no acesso

- a) a aprendizagens específicas, com a colaboração dos formadores da IRIS Inclusiva - Viana do Castelo, na capacitação de alunos para a utilização de produtos de apoio e dos terapeutas e psicólogo do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental,
- b) ao mercado de trabalho, com a colaboração do IEFP na dinamização duma jornada sobre “Empreendedorismo, apoio à criação do próprio emprego” e de empresas locais para a realização de estágios dos Cursos Profissionais e de Planos Individuais de Transição (PIT),

evidenciando a apropriação da importância da educação inclusiva e a construção de uma escola inclusiva.

Observam-se práticas educativas, muito próximas da abordagem multinível, do desenho universal para a aprendizagem (DUA) e com recurso às TIC, que são um referente, pois encorajaram outros docentes. De igual modo, já se nota a preocupação pela criação de um ambiente e clima de sala de aula, amigável para os aprendizes e em que o docente é um mediador e um facilitador da aprendizagem.

Constatou-se que houve aulas que, de forma continuada, foram dinamizadas tendo por base a pedagogia centrada no aluno, com recurso a metodologias ativas e a plataformas digitais, nomeadamente no classroom de muitas turmas e na construção de googlesites enquanto portefólios do bem fazer dos alunos e dos docentes.

Nas relações com alunos, há situações em que o docente, no informal, desenvolve um trabalho de tutoria sistemático com o discente, para que este fortaleça o seu compromisso com a escola e se aproprie de que é nela que tem a possibilidade de adquirir as competências que lhe vão ser requeridas no futuro. Esta iniciativa é valorizada nos registos de avaliação do desempenho docente numa rubrica própria.

A monitorização das medidas tem vindo a ser aprimorada e denota-se uma crescente valorização desta por parte dos docentes. Disponibilizou-se, através da drive do professor acompanhante do percurso educativo do aluno aos outros docentes do conselho de turma e/ou professores titulares de turma e educadores de infância, o acesso aos documentos de monitorização das medidas obtendo a colaboração destes docentes na reflexão sobre o impacto das medidas nas aprendizagens.

Nas atas dos diferentes quadrantes do Agrupamento, observa-se por parte dos DT, Professores Titulares de Turma e Educadores de Infância, uma maior procura de serviços especializados existentes na escola, como SPO, GAAF, GAIA, Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), no sentido de encontrarem as melhores respostas para apoiarem os alunos e as famílias a suprirem necessidades, assim como, em entidades externas parceiras, com grande incidência nos serviços de saúde.

Nas relações estabelecidas com encarregados de educação, foi possível observar práticas de construção de uma relação de confiança, para um conhecimento mais completo do aluno e para a edificação de um trabalho colaborativo entre a escola e a família, em que a disponibilidade do docente vai para além do seu

horário de trabalho, de que é exemplo o encontro “Café dos Pais e Encarregados de Educação” e de projetos como “Saber de experiência feito” do 12º ano.

Começam a observar-se preocupações em encarregados de educação do 1º ciclo que transcendem o domínio pessoal/familiar, relacionadas com a inclusão de todos os alunos e o bem-estar dos docentes, intuindo-se que reconhecem a importância da construção de ambientes inclusivos e amigáveis, para todos.

Sugestões de melhoria

Para uma implicação mais coesa e determinada de todos os intervenientes na construção de uma escola inclusiva, isto é, garantindo que cada aluno tenha acesso à participação, às aprendizagens e ao sucesso, conduzindo todos e cada um ao limite das suas potencialidades, sugerem-se as seguintes ações:

1. Continuar a proporcionar aos docentes formação na abordagem multinível e no DUA.
2. Divulgação, em mais meios, do “produto” e do “processo” que resulta de domínios de autonomia curricular (DACs) e de projetos interdisciplinares, como estratégia para motivar alunos e docentes.
3. Criar um plano estratégico para dar resposta ao número significativo de alunos com perturbação específica do desenvolvimento da linguagem, que não são abrangidos pelo CRI e que não têm acesso a consultas externas.
4. Melhorar a divulgação à comunidade educativa dos serviços existentes na escola, nomeadamente SPO; GAAF, CRI e GAIA.
5. Continuar a investir na relação com pais e encarregados de educação, promovendo encontros informais, de auscultação, debate e reflexão.
6. Melhorar os recursos para a construção de material didático: renovação de material sensorial e de relaxamento, aquisição de uma fotocopadora a cores disponível para os docentes, aquisição de uma plastificadora e respetivos consumíveis, entre outros.
7. Adquirir licenças abertas das editoras cujos manuais são adotados e não são acessíveis ao pessoal docente da educação especial.
8. Adquirir livros áudio adequados para a aprendizagem dos alunos.

3. Biblioteca escolar – grau de cumprimento das ações de melhoria

No item **“Currículo Literacias e Aprendizagem”**, verifica-se que nos anos letivos de 2020/2022, gradualmente, houve um acréscimo de docentes que realizaram um trabalho colaborativo com a biblioteca, na definição de programas formativos e de estratégias de melhoria das competências dos alunos.

Em relação à biblioteca pretendeu-se uma melhoria nesse sentido, nomeadamente, no apoio aos alunos, na criação dos recursos digitais, bem como na disponibilização de equipamentos informáticos para trabalho em pequenos grupos, e estas ações foram implementadas.

No item **“Leitura e literacia”**, constatou-se um número reduzido de requisições de livros para leitura domiciliária. Neste âmbito, espera-se um aumento das requisições de fundo documental, através da inclusão do maior número possível de turmas nas atividades e projetos propostos pelo PNL 2027 e Plano 21|23 Escola+, orientando os alunos nas escolhas de leitura, e estimulando a participação dos mesmos nas atividades.

Pretendeu-se, ainda, trabalhar a leitura como domínio transversal ao currículo, envolvendo todos os professores das diversas áreas.

No item **“Projetos e parcerias”**, deu-se maior visibilidade e envolvimento da comunidade em geral, dos projetos implementados pela biblioteca, ou em projetos de parceria interna e externa, bem como na participação dos mesmos. Constatou-se a consolidação das dinâmicas de trabalho colaborativo no âmbito da parceria com a CPCJ; colaboração na organização da fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura 2022, realizada em Valença, e edição do *website* do projeto Erasmus+ KA1 Juntos (con)vivemos, considerado um exemplo de Boas Práticas pela Agência Nacional.

No item **“Gestão da biblioteca escolar”**, deu-se continuidade à catalogação do fundo documental, que foi significativamente ampliado com a aquisição de obras sugeridas pelos utilizadores. Também houve um aumento do nível de incorporação do digital nos serviços educativos oferecidos pela biblioteca, para rentabilização do apoio à aprendizagem prestado pelos docentes. O *website* do projeto “A Páginas Tantas” foi ampliado com novos materiais didáticos e, no contexto da Estratégia de Educação para a Cidadania, disponibilizaram-se recursos que foram divulgados no Google Classroom da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Ampliou-se a coleção através da aquisição de obras sugeridas pelos utilizadores, no âmbito dos projetos a Ler+ e 10 Minutos a Ler, contribuindo para a execução do Plano 21|23 Escola + e atualização do catálogo online da biblioteca, disponibilizado pela RBE.

Sugestões de melhoria

No âmbito do plano de melhorias, verifica-se que a biblioteca escolar conseguiu implementar todas as medidas e obter muito bons resultados. Sugerimos as seguintes ações:

1. Garantir o cumprimento do horário de abertura da biblioteca.
2. Continuar a editar boletins digitais, folhetos e cartazes publicitários.
3. Continuar a promover o trabalho da biblioteca com parcerias internas e externas, nomeadamente com a Biblioteca Municipal e a CPCJ.

4. Continuar a solicitar a participação dos docentes como guias dos alunos nas iniciativas transversais da biblioteca.
5. Dar formação ao pessoal técnico afeto à biblioteca, para assegurar que as funções são desempenhadas de acordo com as competências discriminadas na Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro relativa ao SIADAP e nos documentos orientadores da RBE.

4. Grau atual de cumprimento do Projeto Educativo

4.1. Visão e Estratégia. Liderança. Gestão.

Ações de melhoria cumpridas

Verifica-se que foram revistos os documentos estruturantes e disponibilizados na página do Agrupamento e, ainda, divulgados nas reuniões de departamento, grupo e em reuniões com os Encarregados de Educação (EE). Foi feita a divulgação, sem caráter de assistência obrigatória, do **Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola** (PADDE) por videoconferência com uma elevada participação dos docentes. Por outro lado, o novo *site* do Agrupamento, para além de ser mais atrativo e intuitivo na sua consulta, está a ser constantemente atualizado quanto aos novos documentos e relatórios que vão sendo elaborados e dos quais é pertinente dar conhecimento à comunidade educativa. É uma mais-valia que também se divulguem as iniciativas, projetos e concursos nos quais alunos e docentes estão a participar.

Foi criada a Assembleia de Delegados de Turma valorizando, assim, o papel dos delegados e deu-se continuidade ao apoio prestado à associação de estudantes no desenvolvimento das atividades que pretendiam realizar.

O elevado número de atividades que envolvem diferentes níveis de ensino e que se integram num contexto local, regional, nacional e internacional é muito positivo, pois o Agrupamento está a dar resposta a um dos objetivos do **Projeto de Intervenção 21-25**, a aposta em projetos nacionais e internacionais que permitem a projeção do Agrupamento e criam oportunidades aos alunos – Projeto aLer+, Erasmus+, eTwinning, PNO, entre outros.

Verificou-se a promoção de atividades e eventos de partilha de boas práticas, em ambientes diversificados para incrementar o trabalho colaborativo entre os docentes, em projetos como o Erasmus+ e de quadrantes como o Centro Qualifica, o PLA, o SPO, a CPCJ, o GAAF e iniciativas individuais de alguns docentes.

De acordo com as respostas dadas no inquérito, os professores colocados pela primeira vez na escola foram bem informados sobre o funcionamento e os documentos estruturantes do Agrupamento, sentindo-se em geral apoiados em todas as dimensões do seu trabalho.

Sugestões de melhoria

Para concretizar o objetivo de “estimular a formação de comunidades de aprendizagem/trabalho colaborativo” (PE, p. 19), e atendendo às perspetivas das lideranças intermédias expressas através de entrevistas individuais, sugerem-se as seguintes ações de melhoria:

1. Criar uma hora de direção de turma dentro do horário letivo dos alunos que permita aos DT trabalhar os assuntos pertinentes e, por exemplo, integrar ações do SPO (este ano o número de alunos do 9º ano inscritos no programa de orientação escolar foi reduzido).
2. Trabalho colaborativo mediante reuniões formais com os professores com carga horária no âmbito

do CAA.

3. Uma reunião formal por período dos professores que lecionam Cidadania e Desenvolvimento, não só para conhecerem as valências da disciplina, mas também para definirem linhas orientadoras de ação.
4. Reunião da Direção com as coordenações diversas como do Qualifica, Erasmus+, Ensino Profissional... para agilizar a marcação de reuniões, a calendarização de provas e haver uma boa articulação entre a grande diversidade dos níveis de ensino e da oferta educativa.
5. Reunião dos conselhos de turma para fomentar o trabalho colaborativo e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e participação transversal em projetos de Cidadania e Desenvolvimento.
6. Estimular momentos formais de análise das evidências facultadas pela aplicação dos critérios de avaliação: reuniões de grupo e de conselhos de turma.
7. Atualizar o EECE 2021-22 que ainda se baseia no Projeto Educativo anterior (fala em eixos).
8. Constituir equipas para gerir de forma coordenada projetos de grandes dimensões como o Erasmus+ ou o PAA.
9. Articular os trabalhos do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral, de forma a que os documentos estruturantes que são alvo de atualizações/modificações entrem em vigor com alguma celeridade.

NOTA: Relativamente ao ponto B3 – Gestão do PE, a escola sede sofreu obras de requalificação, pelo que houve algumas falhas em recursos essenciais, como o acesso à internet ou o funcionamento dos computadores dentro das salas de aula. A coordenação do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) sofreu dificuldades devido à deslocação de bens e materiais dos blocos desativados para novos espaços, sem ter sido feito o registo necessário.

4.2. Desenvolvimento pessoal e bem-estar das crianças e dos alunos

Ações de melhoria cumpridas

Entre as ações de melhoria propostas pelo PE, cabe destacar o papel do SPO, que dinamizou sessões de orientação vocacional para todas as turmas de 9º ano e uma sessão de esclarecimento para os encarregados de educação. Por outro lado, em alguns conselhos de turma do ensino secundário, registou-se o encaminhamento de alguns alunos para o SPO no sentido de reavaliarem a área de estudos em que se matricularam.

O SPO, mediante indicação dos conselhos de turma do 2º e 3º ciclos, dinamizou sessões sobre hábitos e métodos de estudo para promover competências para uma boa gestão do tempo, cumprimento de um horário de estudo regular, organização dos materiais escolares e estratégias de estudo eficazes. Dinamizou também atividades para o autoconhecimento dos alunos sobre fatores individuais que contribuem para a motivação escolar e importância dos mesmos, no investimento escolar.

Verificou-se, logo no 1º ciclo, a consolidação de dinâmicas educativas inclusivas que potenciam a aprendizagem de todos os alunos uma vez que foi atribuído Apoio Individual aos alunos deste ciclo que não adquiriram a técnica da leitura. Nas atas do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário, há evidências de que os docentes procuraram e reformularam estratégias que vão ao encontro das necessidades de cada um dos alunos.

No 1º ciclo, foi implementado o Projeto de Desenvolvimento Integral, no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Quer em Projetos Interdisciplinares, quer em Cidadania e Desenvolvimento, verificou-se que se implementaram trabalhos e projetos sobre a preservação da natureza e o conhecimento/defesa do património local, sobre direitos humanos e interculturalidade. Ainda no âmbito do desenvolvimento sustentável existem projetos como a “Escola Eletrão”, “Ciência Viva” e “Eco-escolas”. Consta nas atas e nas planificações de Cidadania e Desenvolvimento a realização de atividades no âmbito do PES: a saúde, as caminhadas, a alimentação...

Nas atas e nos inquéritos aplicados tanto a docentes como a discentes, verifica-se que há uma reflexão sobre as normas de conduta e as estratégias para criar um clima de aprendizagem e de respeito mútuo. De salientar que no segundo inquérito realizado aos alunos do 1º ciclo se pode concluir que a totalidade dos alunos (100%) consideram que nos Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico é prestado um bom serviço. Os resultados apresentados no inquérito feito aos Encarregados de Educação dos alunos do Pré-Escolar parecem indicar que as crianças gostam de frequentar o Jardim-de-Infância. Na Educação Pré-Escolar, o currículo desenvolve-se com articulação plena das aprendizagens, onde os espaços são geridos de forma flexível e as crianças são estimuladas a participar de forma ativa na planificação das suas aprendizagens. O trabalho de projeto e as metodologias dinâmicas são metodologias quotidianas na Educação Pré-Escolar, podendo as crianças circular de forma livre e autónoma nos espaços de aprendizagem, o que sem dúvida contribuiu para a motivação e gosto pela vida escolar.

A convivência escolar é um aspeto que preocupa todos os elementos da comunidade educativa. Assim, o delinear de linhas de atuação, bem como, a promoção de ações de formação para a gerir e a melhorar são um ponto forte do nosso Agrupamento, que enfrenta casos de incumprimento de normas e códigos de conduta preocupantes e que geram confusão e perturbação entre os membros da nossa comunidade.

Destacamos o **Plano 21.23: Melhoria da Convivência Escolar** e a ação de curta duração “Gestão de conflitos na Escola” promovida pela Federação Nacional de Educação (FNE). Faz parte deste plano a elaboração do **Programa de Mentoria**, uma ferramenta para reduzir o abandono escolar, aumentar o desempenho académico, promover a autoestima, a motivação escolar e reduzir comportamentos de risco. Trata-se de um processo intencional que está associado a uma relação de interajuda, uma mais-valia que terá impacto a médio prazo.

O Projeto Erasmus+ KA1 Juntos (con)vivemos dinamizou as ações de disseminação que integraram formalmente o **Plano 21.23: Melhoria da Convivência Escolar**, visando clarificar e disseminar regras de convivência e criar um ambiente escolar de respeito, reflexividade e integração. A resolução de conflitos emergentes começou a ser realizada através de uma mediação positiva, foram tomadas medidas concretas para resolver os problemas identificados e existe um trabalho mais articulado entre o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, o SPO e a CPCJ. Palavras e expressões como “mediação”, “prevenção”, “convivência escolar”, “psicologia positiva”, “protocolos de atuação” e “resolução de conflitos emergentes” passaram a figurar no vocabulário corrente da escola, o que conduziu a uma maior consciencialização para a necessidade de implementação de programas que promovam a igualdade e a inclusão de um modo sistémico.

Sugestões de melhoria

Lidos os relatórios da Comissão Disciplinar e o da representante do Ministério da Educação e Ciência (MEC) na CPCJ, verifica-se que há um elevado absentismo e um número relevante de sinalizações por violência doméstica. É também necessário elaborar um plano que promova práticas concertadas de implementação ou consolidação da integração da comunidade cigana. Neste contexto, sugerimos as seguintes medidas:

1. Definir um plano interno no âmbito da Estratégia de Educação para a Cidadania.
2. Formar os agentes educativos em áreas-chave associadas ao domínio da convivência escolar.
3. Continuar a promover articulação interinstitucional recorrendo a parcerias.
4. Sensibilizar para as vantagens da uniformização de procedimentos e modos de atuação nos conselhos de turma.
5. Continuar a proporcionar formação ao pessoal docente e não docente, constituir equipas de trabalho e criar protocolos de atuação específicos, promovendo momentos de reflexão e de análise em grupo, de modo a tornar efetivas as ações programadas e tornar permanente o seu impacto no desenvolvimento do bem-estar e sentimento de segurança na escola.
6. Desenvolver programas de formação para as famílias.
7. O **Programa de Mentoria** deve ser dado a conhecer a toda a comunidade escolar e aos diretores de turma em particular de forma explícita, não sendo limitada esta divulgação à remissão da leitura do documento. Este deve ser lido em conjunto e discutido, pensando em casos concretos, agilizando a sua implementação. Desta maneira, pode-se evitar a confusão entre esta metodologia pedagógica e outras práticas que os docentes já aplicaram ou aplicam, mas que não têm esta consistência nem fundamentação.
8. Também é de recomendar a elaboração de um **“Programa de Tutoria”**, uma estratégia de inclusão que atualmente se realiza sem um documento orientador.

4.3. Oferta educativa e gestão curricular

Ações de melhoria cumpridas

É de assinalar a riqueza e variedade de projetos, protocolos e programas em que o Agrupamento se encontra envolvido. Começando pela construção do PAA, na qual a coordenadora fez uma seleção/orientação sobre os domínios e subdomínios a privilegiar nos projetos e atividades propostos pelos professores, tendo como referência o *Perfil dos Alunos* consubstanciado no PE.

Destacamos apenas algumas destas ações. Foi concedida acreditação Erasmus+ VET, para a formação profissional. No Agrupamento, desenvolveram-se vários projetos Erasmus+ nas ações-chave 1 e 2, com a participação de equipas de alunos e professores, envolvendo o acolhimento de alunos oriundos de vários países e respetivos professores, assim como a deslocação dos nossos alunos ao estrangeiro

As escolas básicas do 1º ciclo desenvolveram a ação de sensibilização “Empreendedorismo”, dirigida aos alunos do 3.º e 4.º anos; participaram no Projeto Pedagógico das Comédias do Minho, com dois espetáculos: “Estado do Mundo” e “Estranhões e Bizarrocos”. O projeto “Ciências Experimentais” foi dinamizado por dois professores da escola sede que se deslocaram às diferentes escolas do 1º ciclo. Nos jardins-de-infância, foi desenvolvido o projeto pedagógico “Espetáculo Miocárdio”, também pelas Comédias do Minho, e atividades de pré-judo e dança.

Na escola sede, deu-se continuidade a alguns clubes e criaram-se outros, entre os quais destacamos o Clube de Francês, o Clube de Teatro, o Clube das Artes... e deu-se, também, continuidade a projetos como “Ponte nas Ondas” e criaram-se outros “Literacia Científica” e “Mutantes”.

O Agrupamento está a ampliar a sua oferta educativa, conquistando novos alunos de diferentes origens e

meios sociais através do Centro Qualifica, obtendo autorização da DGESTE para a abertura de uma turma de PLA para ucranianos alojados em Vila Nova de Cerveira e Valença. O Centro divulgou a sua oferta através do *site* institucional do Agrupamento e das redes sociais, conseguindo um alargamento de inscrições nos seguintes cursos: Unidades de Formação de Curta Duração, Educação e Formação de Adultos, PLA, RVCC....

Devido à qualidade deste trabalho, o Agrupamento tem recebido várias distinções: Selo de Qualidade EQAVET; Escola Amiga da Criança; Selo Etwinning; Selo Escola Saudável; Selo Eco-Escolas; o prémio “European Innovative Teaching Award”, atribuído pela Comissão Europeia; Certificação como Escola Embaixadora do Parlamento Europeu; Escola Eletrão; Escola DECO Jovem.

O ponto forte de todas estas iniciativas é serem abertas a todos os alunos, potenciando comportamentos adequados, uma interação saudável entre os participantes e desenvolvendo aprendizagens significativas de forma lúdica.

O Agrupamento obteve a Convenção de Certificação DELF Escolar, que permite certificar em Língua Francesa os alunos do Agrupamento e de concelhos limítrofes, sem terem que se deslocar a Viana do Castelo. Durante o mês de julho de 2022, pretende-se estabelecer um protocolo entre o Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, Valença e a Learning School, em parceria com o British Council. O objetivo é constituir a Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença, como um Centro de Certificação da Língua Inglesa, possibilitando aos alunos a frequência de um curso na escola, no próximo ano letivo, e a garantia de obtenção de um certificado na língua inglesa, no final do 12º ano.

No que diz respeito à criação e disponibilização de recursos pedagógicos para os membros da comunidade educativa, a biblioteca escolar providencia um número significativo de recursos educativos digitais, disponíveis no seu *site*.

Sugestões de melhoria

1. Fomentar a participação das famílias em projetos, atividades e clubes do PAA.
2. Incentivar a iniciativa da Associação de Pais e Encarregados de Educação na proposta de projetos, atividades e clubes do PAA.

4.4. Ensino/Aprendizagem/Avaliação

Ações de melhoria cumpridas

Relativamente à implementação de medidas de apoio diferenciadas, observa-se que a maioria dos docentes na sua ação educativa respeita e valoriza as especificidades de cada discente e o seu potencial individual, reconhecendo a mais-valia da diversidade, adequando as práticas letivas e privilegiando um processo de ensino e aprendizagem centrado no aluno, com maior ênfase para os que têm relatório técnico-pedagógico (RTP) e que frequentam os cursos profissionais.

Há evidências de que se recorre aos meios que o Agrupamento oferece, desde acompanhamento psicológico, ao Apoio Tutorial Preventivo e Temporário e, com uma maior frequência, são mobilizadas as medidas universais e as adaptações ao processo de avaliação.

Nas atas de conselho de turma, de grupo, departamento e do Conselho Pedagógico discutem-se as metodologias a implementar para estimular o trabalho autónomo e colaborativo dos alunos. Esta ação de melhoria é concretizada num grande número de projetos escolares, nacionais e internacionais que constam no PAA.

Segundo entrevista realizada à coordenadora do CAA, nem todos os docentes e alunos se apropriaram das valências deste centro, por este motivo, ao longo dos últimos três anos, a valência tem experimentado formatos diferentes. Salienta-se o caráter positivo desta contínua mudança e procura de melhoria, que se traduz numa nova proposta de execução para o ano letivo 2022-23. Foi proposta a organização de atividades de natureza lúdica, desportiva, cultural e científica ou outras, e a criação de uma bolsa de docentes que, face à ausência de um professor, deverá assegurar a ocupação dos tempos escolares dos alunos, tendo por referência as competências do **Perfil do Aluno**.

De referir que aproximadamente 66 docentes do Agrupamento concluíram as ações de capacitação digital, do nível 1 e 2, no CFVM, tendo sete obtido a certificação do nível 3.

Sugestões de melhoria

1. Garantir que todos os docentes que trabalham em horário pós-laboral (depois das 18:00) tenham acesso às formações.
2. Motivar os docentes a partilhar as suas valências no mundo da tecnologia e nas práticas pedagógicas, constituindo “comunidades de prática”.
3. Incentivar ao uso de ferramentas digitais para diversificar práticas educativas e instrumentos de avaliação.
4. Divulgar no início do ano letivo o **Documento Orientador/Regulador do Processo Avaliativo 2020-21** ou equivalente.
5. Incentivar os docentes que ainda não o fizeram a frequentar as ações de formação do Projeto MAIA.

4.5. Planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva

Ações de melhoria cumpridas

Neste ponto, verifica-se a concretização de algumas ações de melhoria previstas no PE. Começando por uma efetiva ampliação dos canais de comunicação entre docentes de níveis diferentes mediante a partilha de planificações disciplinares, nomeadamente de Cidadania e Desenvolvimento, a criação de *Google Classrooms* para incentivar a partilha de experiências e materiais entre professores, e a possibilidade de consulta por parte dos docentes dos planeamentos curriculares de turma (PCT).

Verifica-se, com maior frequência, a presença de professores coadjuvantes de professores titulares, que desenvolvem um trabalho colaborativo na implementação de metodologias, de estratégias e na diversificação de recursos, em sala de aula, com o objetivo de remover barreiras à aprendizagem.

A ação de melhoria que diz respeito à criação de hábitos de leitura foi dinamizada a nível transversal em todo o Agrupamento, com o apoio das bibliotecas escolares na dinamização de projetos propostos pelo PNL 2027: aLer+; 10 Minutos a Ler; Leitura em Vai e Vem; Concurso Nacional de Leitura; Ler para Crescer.

Sugestões de melhoria

1. Criar instrumentos de registo para reconhecimento e monitorização das boas práticas pedagógicas.
2. Planificar e organizar os conteúdos disciplinares em consonância com os interesses reais da turma,

de forma interdisciplinar, diligenciando uma fusão desses conteúdos, de forma a haver uma articulação curricular vertical e horizontal.

3. Envolver os Encarregados de Educação no processo de aprendizagem dos seus educandos.

4.6. Resultados Académicos, Sociais e de Reconhecimento da Comunidade

Ações de melhoria cumpridas

Verificou-se no ano letivo 2020-21 **uma melhoria progressiva dos resultados da avaliação externa** nas disciplinas de Português, Física e Química, Biologia e Geologia e Matemática. Resultados que também evidenciam o trabalho realizado pela biblioteca escolar acima destacado.

Relativamente à avaliação interna, a elaboração do **Referencial Comum do Agrupamento** é um ponto forte. Verifica-se que há uma melhoria dos níveis/classificações que deriva da utilização de instrumentos e métodos de avaliação mais diversificados e mais adequados aos perfis de aprendizagem que resultam da vivência da situação pandémica dos últimos dois anos. Por outro lado, os docentes foram-se apropriando de métodos alternativos e personalizados de ensino e de aprendizagem.

Verifica-se que cresceu o número de professores que dinamizam aulas experimentais e/ou de cariz investigativo. A coadjuvação em sala de aula também aumentou este ano.

Para promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem, foram implementados e desenvolvidos projetos que visaram a diferenciação pedagógica, como consta no PAA.

No que diz respeito aos resultados sociais, houve um aumento da participação de professores e alunos em iniciativas, projetos e concursos nacionais e internacionais, nomeadamente, EEPE – Programa EPAS, Parlamento Jovem, “Isto também é comigo”, Orçamento Participativo, Concurso Geração Euro, patrocinado pelo Banco de Portugal, DecoJovem. A divulgação foi feita através do jornal e do *site* do Agrupamento.

Os diretores de turma foram instados a registar, no processo do aluno, os dados relativos ao seu envolvimento em atividades promovidas na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. O projeto “Ambientaliza-te” é um exemplo do reconhecimento do mérito dos alunos, relativamente ao seu comportamento como colegas e membros da comunidade educativa.

Sugestões de melhoria

1. Criar, nos conselhos de turma, condições para monitorizar os resultados escolares, de modo a implementar estratégias e metodologias que potenciem a aprendizagem.
2. Identificar o mais precocemente possível o aluno que apresenta barreiras à aprendizagem.
3. Melhorar os meios físicos necessários para a promoção de aprendizagens significativas, nomeadamente a unidade de apoio à multideficiência, atualmente agregada ao CAA.
4. Continuar a promover a formação dos professores para a utilização correta e sistemática da avaliação formativa, nomeadamente técnicas de auto e hetero avaliação, *feedback* de qualidade e rubricas, entre outras.
5. Trabalho colaborativo semanal para aferição de estratégias de intervenção pedagógica.
6. Articular horizontal e verticalmente o trabalho colaborativo entre docentes desde o 1º ciclo ao

ensino secundário, na mesma disciplina.

7. Criar uma estrutura de liderança para os projetos que desenvolvem iniciativas afins a nível temático e/ou social.
8. Melhorar a divulgação das atividades e eventos do Agrupamento, tornando mais visível o trabalho do Gabinete de Comunicação.
9. Usar as redes sociais para divulgar as boas práticas do Agrupamento e fomentar um diálogo mais acessível a todos os membros da comunidade educativa.
10. Consolidação do processo de autoavaliação, de forma a atingir-se a sustentabilidade do desenvolvimento do Agrupamento.

5. SERVIÇOS

Nas respostas aos inquéritos feitos aos docentes e alunos, destaca-se o apreço manifestado pelo trabalho feito na reprografia. Os serviços administrativos incluem dois funcionários afetos ao atendimento dos alunos, dois funcionários afetos ao atendimento dos docentes, a ação social e a área da contabilidade. Alunos e encarregados de educação mostram satisfação relativamente à forma como são atendidos e esclarecidos naquilo que precisam. Os docentes do quadro e contratados também são unânimes no reconhecimento do bom serviço que lhes é prestado. Há uma articulação bem estruturada entre o trabalho da ação e os diretores de turma. Destaca-se no serviço da contabilidade a excelente gestão das verbas do Programa Operacional Capital Humano (POCH).

Sugestões de melhoria

1. Consciencializar os alunos para o respeito no uso das instalações escolares.
2. Melhorar o asseio dos espaços comuns, nomeadamente as casas de banho.
3. Aprimorar a confeção da ementas.
4. Implementar atividades, projetos e clubes abertos a toda a comunidade escolar.
5. Valorizar as funções de todos os membros da comunidade educativa (dinamizar prémios de mérito ao pessoal não docente, por exemplo).
6. Proporcionar formação para o pessoal não docente baseada nas competências discriminadas no *Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP)*

Conclusão

No **Plano Estratégico de Autoavaliação**, apresentado no final do primeiro período, propusemos essencialmente quatro objetivos:

1. identificar os fatores internos que condicionam o sucesso dos alunos;
2. valorizar processos educativos, principalmente o PAA, de forma a melhorar o processo de aprendizagem;
3. proporcionar à comunidade escolar um melhor conhecimento sobre o Agrupamento e a sua organização, dando a conhecer as boas práticas;
4. sensibilizar os membros da comunidade educativa para a relevância da sua participação no processo de autoavaliação do Agrupamento.

Relativamente ao sucesso dos alunos, a equipa destaca que há uma consciência coletiva no Agrupamento da necessidade de adaptar estratégias, recursos físicos e humanos, metodologias e instrumentos de avaliação que se adequem ao perfil de todos e cada um dos alunos. No entanto, esta adaptação ainda não é prática generalizada em todas as turmas e níveis de ensino, nem o efetivo trabalho colaborativo inerente.

A riqueza e diversidade do PAA é evidenciada nas páginas deste relatório. De facto, o Agrupamento desenvolve projetos de diferentes proporções, cujo impacto é evidente e mensurável através das candidaturas, distinções e prémios obtidos. Falta apenas dar uma coerência, um fio condutor às atividades de maneira que os alunos não se sintam “esmagados” pelo peso de tantas solicitações e falta também melhorar a divulgação do próprio PAA e incentivar a iniciativa dos Encarregados de Educação.

A escrita deste relatório fez-se mediante a leitura atenta das ações de melhoria propostas no PE, assim, foi-se revelando como o Agrupamento se empenhou em dar-lhes respostas e fica bem evidente que a grande maioria foi realizada se não na totalidade, pelo menos, em parte. Por fim, a equipa acredita que os elementos da comunidade educativa são sensíveis à importância do trabalho de autoavaliação, conhecendo o que se faz bem é o caminho para continuar a melhorar, conhecendo os pontos vulneráveis é o caminho para os evitar... mas este detetar não pode ser da responsabilidade dum pequeno grupo de docentes, deve ser o sentir e o pensar de toda a comunidade educativa.

Fontes consultadas

1. Documentos orientadores e outros:

Projeto Educativo 2020-23

Plano Anual de Atividades 2021-22

Projeto de Intervenção 2021-25

Plano de ação 21-23

Programa de Mentoria 2021-22

Documento Orientador/Regulador do Processo Avaliativo 2020-21

Educação Inclusiva. Contributos para a Operacionalização do Decreto-lei no 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei no 116/2019, de 13 de setembro (2021-22)

Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (Fevereiro 2022)

Guião da Avaliação do Desempenho Docente 2021-22

Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola 2021-22

Regulamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (2021-22)

Convocatórias e atas (atas de conselho de turma 1º período letra C e do 2º letra B, todas as atas do CP, atas do QUALIFICA, a 1ª ata de todos os departamentos/grupos do 2º período e do 3º período)

2. Programa GIAE

3. Relatórios:

- CPCJ (relatório feito pela Representante do Ministério da Educação e Ciência em Maio 2022),
- Biblioteca Escolar (versão não definitiva),
- Relatórios da Equipa Disciplinar,
- Relatórios trimestrais do PAA,
- EMAEI Relatório feito pela Coordenadora em março 2022,
- Relatório sobre os constrangimentos e sugestões dos docentes de Cidadania e Desenvolvimento,
- Resultados da avaliação interna elaborados pelos grupos disciplinares.

4. Planeamentos curriculares de turma

5. Planificações de C&D

6. Projetos Interdisciplinares do 5º e 6º anos

7. Portal do Agrupamento

8. *Email* institucional

Instrumentos

Dados estatísticos

1. Formandos do Agrupamento no CFVM (março 2022)
2. (In)disciplina - 1º, 2º e 3º períodos.
3. Sucesso escolar no 2º, 3º ciclos e do Ensino Secundário - 1º, 2º e 3º períodos.

Entrevistas escritas

Entrevistas orais

Inquéritos aplicados através dos formulários Google:

- a) dois ao pessoal docente,
- b) um ao pessoal não docente,
- c) dois aos alunos
- d) e um aos encarregados de educação

Grelhas de recolha e sistematização de evidências

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia citada

Bolívar, Antonio, *Autoavaliação na capacitação para melhoria da escola como Comunidade de Aprendizagem Profissional*, Junho de 2015 [Consult. 22-06-2022] Disponível em https://www.researchgate.net/publication/281898047_La_autoevaluacion_en_la_construccionde_capacidades_de_mejora_de_la_escuela_como_Comunidad_de_Aprendizaje_Profesional

Machado, Carminda - *Autoavaliação: um processo de melhoria das escolas*. Relatório Reflexivo apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Supervisão Pedagógica e Avaliação Docente, Fevereiro de 2014, Viseu [Consult.26-06-2022] Disponível em <https://bityli.com/zpNMIW>

Outras referências bibliográficas

Acaso, María; MEGÍAS, Clara - *rEDUvolution. Hacer la revolución en la educación*. Paidós Educación. Barcelona.2019. ISBN 978-84-493-3587-7.

Fernandes, Domingues - *Avaliar e aprender numa cultura de inovação pedagógica*. Leya Educação. Vila do Conde. 2022. ISBN 978-111-11-5345-8

Ganhão, Teresa (coord.)- *Modelo Integrado: CAF Educação, Referencial da Avaliação Externa & EQAVET*. Versão 02. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. Fevereiro 2019. Disponível em <<https://www.caf.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=F8CA12EA-F70B-46A3-A43E-403B7889AA97&ID=129>>

Musons, Jordi - *Reinventar la escuela*. Arpa. Barcelona. 2021. ISBN 978-84-17623-76-0.

Portugal. Ministério da Educação – *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), 2017. ISBN 978-972-742-416-0.

Legislação

Decreto-Lei n.º 54/2018. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM. [Consult. 15-02-2022] Disponível em WWW: <URL:<https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized>>

Decreto-Lei n.º 55/2018. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM. [Consult. 04-07-2022] Disponível em WWW: <<https://dre.pt/home/-/dre/115652962/details/maximized>>

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM [consult. 01-07-2022] disponível em <URL:<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2008-34457775>>

Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM [consult. 01-07-2022] disponível em <URL:<https://data.dre.pt/eli/decregul/26/2012/02/21/p/dre/pt/html>>

Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM [consult. 01-07-2022] disponível em <URL:<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/137/2012/07/02/p/dre/pt/html>>

Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro. In Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: INCM [consult. 01-03-2022] disponível em <<URL:<https://data.dre.pt/eli/lei/31/2002/12/20/p/dre/pt/html>>